

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

03  
cel

A T A N 9 01 / 83

<sup>dezoito</sup>  
Aos dezoito dias do mês de março de mil novecentos e oitenta e três, previamente convocada, às 9 horas, na Reitoria, foi realizada uma sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal de Pelotas, presidida pelo Magnífico Reitor, Professor José Emilio G. Araujo, e com a presença dos seguintes conselheiros: Professores Clínea Campos Langlois, Vice-Reitora; Adolfo Amílcar Aranalde; Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Souza; Ana Beatriz Czermainski; Antonio Ernani Pinto da Silva Fº; Antonio Xavier de Andrade; Carlos Rodrigues Peixoto; Carmen Lúcia Hernandorena; Consuelo de Azevedo Requião; Daniel de Souza Soares Rassier; Eduardo Allgayer Osorio; Elide Minioni; Elisa Clélia Minioni; Gastão Coelho Puzza Duarte; Gilberto Azambuja Centeno; Gilce Marlene Wetzel da Cunha; Helena Maria Rocha Conceição; Ivan Soares Gervini; Ivo Gomes de Mattos; Jau Paulo Goulart; José Francisco Guimarães Moreira; José Leomar Monteiro Böhm; Léo Zilberknop; Maria do Carmo Seus; Mauro Gomes de Mattos; Paulo Silveira Jr.; Renato Luiz Mello Varoto; Rubens Bellora; Ruy Brasil Barbedo Antunes; Sergio Romeu Vianna da Cruz Lima; Wilson Marcelino Miranda; Zilma Holanda Cavalcanti Millan; Dr. Roberto Brauner Penteado; acadêmicos Fábio Régio Bento; Florival Zildo Venturi; Gerson Madruga da Silva; José Luís Segalin; Mario Pedro Kapp; Milton José Bortolini; Nilo Antonio Traezel e Neomir Alcantara. Havendo número legal de Conselheiros presentes, o Sr. Presidente abriu a sessão, congratulando-se inicialmente com os Professores Maria do Carmo Seus e Antonio Xavier de Andrade, respectivamente, Diretora do Conservatório de Música e Coordenador do Curso de Meteorologia, dizendo da sua certeza de poder contar com a participação atuante destes novos membros do nosso Conselho. Em continuidade aos trabalhos, passou a Presidência ao item primeiro da Ordem do Dia - Ata da Sessão anterior. Colocada esta em discussão, a Professora Consuelo de Azevedo Requião disse pretender seja retificado o registro na mesma constante, pertinente a uma intervenção sua quando da realização da última reunião, oportunidade em que referiu-se à contratação do Professor Teófilo Alves Galvão. Em verdade, havia na ocasião se referido à consulta encaminhada pelo Conselho Departamental da Faculdade de Educação ao Conselho Universitário a respeito do processo de recontração do predito Professor Galvão. A Presidência solicitou então à Professora em tela que apresentasse à Secretaria dos Conselhos Superiores o teor da manifestação que pretendia constasse em Ata. Assim providenciando a referida Professora, promo-

*[Handwritten signature]*

veu esta Secretaria a retificação proposta, conforme acima - consta. Limitando-se a apenas esta correção, foi a ata colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente concedeu uma vez mais a palavra à Professora Consuelo Requião, que disse ter uma questão de ordem a levantar. Esta dizia respeito à uma alteração havida na composição do Conselho Universitário, tendo presente que, como decorrência de uma portaria do Sr. Reitor, deixavam de comparecer a este Conselho os Professores Circei, digo, Circe Siqueira da Cunha, Affonso Dêntice da Silva e Cêres Torres Bonatto. Afirmou a Professora Consuelo que, a seu juízo, as alterações decididas pelo Magnífico Reitor deveriam antes serem submetidas à apreciação do Conselho Universitário, por ser matéria de sua competência. Assim, entendia que a Portaria baixada deixava a desejar quanto à sua eficácia legal. Com a palavra, o Sr. Presidente afirmou que pretendia tratar do assunto ao final da reunião, quando fosse abordado o item para tal fim previsto. Contudo, face a intervenção havida, prestaria já agora os esclarecimentos devidos. Asseverou que a medida pela Reitoria tomada estava plenamente calcada no Regimento da Universidade. Disse, mais, que o que fizera quando da edição da aludida portaria, fora corrigir uma situação anômala preexistente, representada pela constituição desses Cursos nos moldes constatados. Deu, a seguir, uma série de explicações de caráter técnico sobre o assunto. A Consuelo Requião solicitou novamente a palavra dizendo observar uma série de equívocos nas colocações feitas pelo Sr. Reitor. Este, após permitir que a professora concluísse o seu pensamento, agradeceu, afirmando rejeitar a questão levantada, tendo em vista não ser procedente. Com a palavra o Professor Antonio Ernani Pinto da Silva FQ, manifestou o mesmo a sua preocupação com a questão de ordem apontada anteriormente, Julga que tendo sido apresentada ao Conselho, a este cabe manifestar-se sobre ela. Interveio então o Sr. Presidente dizendo entender que as questões de ordem são aceitas ou não pela Mesa, mesmo porque, se assim não o fosse, difícil se tornaria a condução dos trabalhos dentro dos órgãos colegiados. Insistiu o Professor Antonio Ernani afirmando que o ponto levantado pela Professora era muito grave, já que, inclusive, implicou em alterações na composição do Conselho Universitário. O Sr. Presidente agradeceu ao Professor Antonio Ernani e informou que este assunto será devidamente abordado no item 6 da Ordem do Dia. O Conselheiro Gerson Madruga da Silva expôs, igualmente, o seu pensamento no sentido de que deve o Conselho manifestar-se sobre a questão abordada pela Professora Consuelo, de sorte a garantir a autonomia do Órgão. Ante a insistência de alguns Conselheiros procurando ainda se fixar neste ponto levantado pela Professora Consuelo, afirmou o Sr. Presidente que estava sendo tratado o item 2 da pauta, versando sobre o Plano de Trabalho da Universidade, esclarecendo que somente concederia a palavra a quem sobre este assunto desejasse se manifestar. Dando continuidade a sessão, disse a Presidência que em nossa Universidade até recentemente não houvera uma preocupação em elaborar um Plano de Desenvolvimento, providência essa que somente agora vinha de ser concretizada na atual administração, que tivera a oportunidade de o submeter ao Órgão supremo da Universidade, após ouvir os diferentes segmentos desta. Aduziu que, como corolário deste documento, haveria de aparecer o Plano de Trabalho, com base no orçamento da instituição. Desta forma havia buscado contato com as diversas unidades a fim de que

04  
102

TH

*[Handwritten signature]*

05  
Jeh

apresentassem os seus projetos à Reitoria. Explicou que dentro do orçamento grande é a quantia destinada a pessoal - a proximadamente 90% do orçamento - , não que tivesse sido esta uma opção sua mas, sim, se configurando desta maneira a realidade orçamentária da UFPel. De tal forma que, compreendia, os recursos nas demais rubricas se tornavam escassos , razão maior para que, conforme solicitara às unidades, apresentassem os seus projetos em estreita consonância com esta realidade, com absoluta racionalidade e objetividade. Continuou dizendo que outrora havia uma excessiva concentração de recursos na Reitoria e que tal situação estava sendo corrigida com o advento do Plano, afirmando, mais, que neste ano nenhum corte houvera nos orçamentos das Universidades, registrando-se esta medida no âmbito do próprio MEC. A título de informação, podia dizer que este Ministério foi aquinhoadado com 15% da receita tributária da União, sendo que, deste percentual, 75% havia sido destinado às instituições de ensino superior no país. Alertava aos srs. Diretores para o fato de que, tendo o MEC decidido não mais suplementar os orçamentos das Universidades a partir do corrente ano, em função dessa medida e das circunstâncias acima apontadas, procurassem trabalhar adstritos absolutamente a esta realidade, pois, também a Reitoria não poderia, a exemplo do próprio MEC, conceder verbas suplementares às unidades. Pediu a compreensão de todos para os tetos concedidos, escusando-se em relação aos cortes feitos em pedidos de recursos para estas unidades, explicando que todo o trabalho se fundamentou em dados técnicos e reais, razão pela qual algumas verbas foram reduzidas e outras majoradas. Com essa explanação trazia o assunto ao Conselho que, se assim o desejasse, poderia apresentar sugestões. Usando a palavra o Professor Antonio Ernani Pinto da Silva Fº disse que não obstante apresentar o Plano certos aspectos de não fácil entendimento, encerrava em si um avanço muito grande, visto que, agora, não era tão envolvente matéria tratada de cima para baixo mas, antes, levando-se em conta a manifestação dos diferentes setores da Universidade. Estranhou, contudo, a diminuta verba destinada a livros e periódicos, enfim, necessária ao desenvolvimento satisfatório do sistema de bibliotecas, julgando que se devesse reforçá-la. De igual modo outro aspecto que o preocupava é o que, digo, era o que concerne à afirmativa do Sr. Reitor de que os recursos previstos no Plano sabidamente não atendem às aspi- rações de todos. Assim, como pretenderia S. Magnificência contornar tal deficiência? O Sr. Presidente respondeu que entende ser válida a preocupação manifestada pelo Professor Antonio Ernani quanto ao aspecto dos reduzidos recursos para livros, dizendo ser também sua essa preocupação e a primeira que teve quando aqui chegou e analisou a situação da Universidade. Entretanto, face uma situação curiosa ocorrida em nosso meio, quando a Universidade deixou de aplicar a totalidade da verba consignada nesta rubrica no ano de 1982, difícil se tornou conduzir este assunto a nível ministerial, pleiteando maiores consignações nessa atividade. Todavia, podia afirmar que a Reitoria não estava descurando deste problema, traduzindo o mesmo uma das fontes de preocupação constante e atual do Reitor, que estava envidando esforços na melhoria de nossas bibliotecas, procurando contratar mais pessoal especializado para este importante setor buscando aprimorá-lo paulatinamente. Quanto ao segundo item da intervenção do professor de como iria o Reitor encontrar outras fontes de recursos, podia afirmar que os Planos de Desenvolvi-

Jeh

[Handwritten signature]

mento e de Trabalho são os primeiros passos que têm por escopo racionalizar a atividade desenvolvida na UFPel. Uma vez colocados integralmente em desdobramento estes planos, permitiriam que viessem a ser realçadas as necessidades mais sentidas da Instituição, podendo, aí, colher o Reitor os elementos indispensáveis à busca de recursos extra-orçamentários. De qualquer sorte, está já procurando incrementar o desenvolvimento de novos convênios, a par de incentivar o trabalho visando estimular a receita própria. Aproveita, assim, a oportunidade para comunicar aos Srs. Conselheiros que estão sendo e fetivadas as providências legais cabíveis com vistas à transferência para a Universidade do Horto Florestal, bem como diligências estão sendo levadas a cabo para regularizar os bens da Universidade, o que virá facilitar sobremaneira o desenvolvimento do trabalho na área da receita própria. A uma pergunta do Professor Antonio Ernani de como se daria o entrosamento dos programas desenvolvidos pela Universidade para carrear recursos para a receita própria com as atividades didáticas propriamente ditas, bem como se não ensejariam estes um maior ônus para os alunos em termos de pagamento de taxas, emolumentos, etc., respondeu o Sr. Presidente que tais programas deverão de estar sempre articulados com aqueles que são didáticos por excelência, que objetivam a formação do aluno. Quanto ao aspecto da possibilidade de um ensino pago progressivo, em função dos mesmos, argumentou que as taxas fixadas pelo Cpo, digo, Conselho Federal de Educação para a matrícula são as que efetivamente a Universidade cobra, não havendo nenhuma disposição sua em buscar recursos extras através dessa fonte de anuidades. Com a palavra o aluno José Luís Segalin manifestou a sua surpresa pela afirmativa do Reitor de que a Universidade não incentivaria o ensino pago, já que o Plano de Trabalho ora apresentado ao Conselho omite a destinação de verbas para as Casas de Estudantes. Outro ponto que está a chamar a sua atenção é o que diz respeito ao elevado percentual do orçamento destinado a pessoal. Entende que as poucas dotações previstas no orçamento para bolsas para alunos - que conforme afirmou o Sr. Reitor foram complementadas com recursos da receita própria - indicam claramente a disposição do MEC de não destinar, gradualmente, verbas para a assistência ao estudante, numa etapa inicial, para, após, implantar o ensino pago, posto que a Universidade não poderia arcar com esta crescente responsabilidade de assistência aos estudantes. Respondeu o Sr. Presidente que se assim entendia o sr. aluno era este um ponto de vista seu, que o Reitor respeitava mas não o endossava. Deixava contudo claro que a responsabilidade da Universidade na manutenção da Casa de Estudantes se restringia ao pagamento do correspondente aluguel e taxas de água, luz, etc. Desejava, inclusive, manifestar neste momento que por iniciativa da atual administração se criou também um auxílio para estudantes do sexo feminino. Dado o adiantamento da hora sem que tivesse sido possível dar seqüência a pauta, decidiu a Presidência deixar a sessão em aberto, sendo os trabalhos reencetados em outro dia. Sugeriu então o Professor Antonio Ernani que se fizesse submeter a questão de ordem levantada ao início da reunião pela Professora Consuelo à Comissão de Legislação e Normas. Redarguiu a Presidência esclarecendo que tal proposta se tornava inviável tendo em vista não encontrar-se devidamente constituída esta Comissão. Consultando o plenário sobre a data mais apropriada para dar prosseguimento a reunião, sugeriu a Presidência o dia dezessete do corrente,

06  
Pel

07  
Seck

ao que concordaram todos os presentes, tendo sido suspensa a sessão. No dia e hora aprazados (17.3.83 - às 9 horas), cumprimentou o Sr. Presidente aos Srs. Conselheiros, dando prosseguimento à reunião iniciada em 11 de março, passando desde logo ao ítem 3 da pauta, esclarecendo o plenário sobre a norma regimental que dispõe sobre as Comissões do Conselho Universitário. O Professor Alberto Souza solicitou a palavra dizendo ser do seu intento fazer algumas considerações sobre o assunto. Disse preliminarmente lembrar que em oportunidade anterior decidira o Conselho que o número de integrantes destas Comissões seria aumentado para cinco. Paralelamente a efato, digo, este fato, entende ser um procedimento altamente salutar a renovação dos membros de tais Comissões. Teceu, a seguir, delogiosas referências a seus colegas na Comissão de Legislação e Normas, Professores Rubens Bellora e Jau Paulo Goulart, os quais, com lucidez e isenção se houveram no cumprimento do mandato que lhes fora confiado. Agradecendo ao Professor Alberto, lembrou o Sr. Presidente que a idéia do aumento do número de integrantes das Comissões do Conselho havia sido sua. Entretanto logo lembrou que não atendia ao que dispõe o Regimento na parte em que regulamenta esta matéria, ficando destarte sua iniciativa prejudicada. Continuou afirmando que sobre este e outros aspectos do nosso Regimento havia encomendado parecer à Procuradoria Jurídica da Universidade, na tentativa de proceder alterações dos dispositivos das Normas da UFPel que não mais se achavam de acordo com a realidade hoje vivenciada em nossa Universidade. Porém, tantas seriam as alterações a serem introduzidas que as Normas se transformariam numa colcha de retalhos. Por essa razão entendera de constituir uma Comissão de Reforma do Estatuto e do Regimento, a qual vinha trabalhando em ritmo acelerado. Lembrou pois a Presidência ao Professor Alberto não ser possível implementar o número, aumentado, de integrantes das Comissões. Solicitando a palavra o Professor Gastão Coelho Pureza Duarte pediu licença para discordar do Professor Alberto quando afirma este que se deva renovar as Comissões. Ainda que julgasse não ser inteiramente válida a comparação, se permitia lembrar ter desempenhado o cargo de Diretor da Faculdade de Odontologia por largos anos. Afirmou que o trabalho do Professor Alberto - a quem tem tido o privilégio de conhecer e com ele privar por longo tempo - é indispensável para a Universidade, mercê das altas qualificações intelectuais, profissionais e pessoais deste ilustre professor. Por tudo isto pensa ser imprescindível a permanência do Professor Alberto na Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário. Pedindo a palavra a Professora Consuelo afirmou endossar plenamente as palavras do Professor Gastão. A Presidência disse então que se estivesse o plenário suficientemente esclarecido, daria por encerrados os debates e passaria a votação. Consumada esta, em caráter secreto, convidou o Sr. Presidente para escrutinadores os professores Carmen Lucia Hernandorena e Wilson Marcelino Miranda. Após, anunciou a Presidência os resultados verificados, que apontaram os nomes mais votados, professores Alberto Rufino Rosa Rodrigues de Souza, Rubens Bellora e Ruy Brasil Barbedo Antunes, os quais passam a constituir a Comissão de Legislação e Normas do Conselho Universitário. Dando continuidade a votação, esclareceu a Presidência que se faria a seguir a escolha dos membros da Comissão de Administração e Finanças. Processada a votação convidou a Mesa aos professores Helena Maria da Rocha Conceição e Gilberto Azambuja Centeno para escrutinadores, constatando-se terem sido eleitos os professores José Leomar Monteiro Bôhm, Daniel de Souza Soares

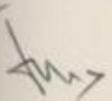
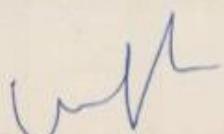
TH

Rassier e Ivo Gomes de Mattos. Finalmente, foi realizada a eleição dos representantes do Conselho Universitário junto ao Conselho Diretor da Fundação e bem assim seus suplentes. Convidados para apurarem os resultados dos Representantes do Conselho os Professores Gilce Marlene Wetzel da Cunha e Rubens Bellora, e, para escrutinadores dos suplentes, os Professores Ana Beatriz Czermainski e Antonio Xavier de Andrade, chegou - se ao resultado seguinte: Representantes do Conselho Universitário junto ao Conselho Diretor da Fundação - Professores Isidoro Halpern, Antonio Carlos Vianna e José Gilberto da Cunha Gastal. Suplentes - Professores Mauro Gomes de Mattos, Carmen Lúcia Hernandorena e Gilberto Azambuja Centeno. Votação para a representação perante a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Passou o Sr. Presidente a fazer alguns esclarecimentos a respeito da constituição deste Órgão, que veio substituir, por força de lei a COPERT. Por sua vez a Resolução 05/80 do Conselho Universitário dispõe sobre a CPPD na Universidade, tendo atribuído ao Conselho Coordenador do Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE) a escolha dos membros que comporiam a supra citada Comissão Permanente de Pessoal Docente. Posteriormente, continuou, entendeu o COCEPE de confiar ao Conselho Universitário essa tarefa. O Professor Antonio Ernani Pinto da Silva FQ disse ter em seu poder uma proposta de sua autoria, no sentido de que a escolha dos representantes das categorias do magistério superior junto a CPPE fosse feita mediante votação direta, ou seja, os pares escolheriam seus representantes junto ao aludido Órgão. O Sr. Presidente disse ter recebido ofício da Presidência do COCEPE, dando conta que o mesmo deliberara delegar competência ao Conselho Universitário para proceder a escolha. O Professor Antonio Ernani afirmou não ter estado presente a esta reunião do COCEPE mas, por outro lado, lembrava que logo ao início do ano, quando pela vez primeira abordara o COCEPE este tema, decidira que a eleição se processaria de maneira direta, estando por conseguinte a sua proposição inteiramente de acordo com a decisão inicial do COCEPE. Ao final de longos debates em torno da matéria, decidiu o plenário por sugestão da Mesa submeter o assunto à apreciação da novel Comissão de Legislação e Normas, já que, uma vez mais, pelo adiantado da hora, teria a Presidência que suspender os trabalhos, deixando aberto a sessão que teria continuidade no dia 18 do corrente, às 9 horas, ficando assim suspensa a eleição para a representação docente junto a CPPD. Às nove horas do dia 18 de março ao ser reiniciada a reunião, deteve-se a Presidência no item 5 da pauta, tendo consultado a Comissão de Legislação e Normas se havia chegado a uma conclusão a respeito da matéria que se lhe havia feito submeter. O Professor Alberto Souza passou a fazer uma explanação a respeito do entendimento que chegara a Comissão. Preliminarmente julga esta ser de inteira conveniência que o Conselho Universitário estude a questão em seus vários ângulos. Pode, também, o COCEPE vir a reexaminar o assunto, posto que a sua competência ainda se faz presente, havendo tão somente delegado ao Conselho Universitário a incumbência da eleição. Agradeceu a Presidência ao Professor Alberto, colocando o tema em discussão. O Professor Ruy Antunes afirmou entender que, digo, que a proposta apresentada pelo Professor Antonio Ernani deveria ser discutida no âmbito do COCEPE. Feriu-se então aprofundado debate sobre a questão, tendo a Presidência ao término deste colocado em votação a

08  
Paul

Thy

preferência do Conselho Universitário sobre a forma - direta ou indireta - de escolha dos representantes das categorias ' do magistério superior junto a CPPD, constatando-se o seguinte resultado: eleição direta pelas classes - 33 (trinta e três) vo- tos; eleição indireta - 6 (seis) votos; 1 (um) voto em branco e abstenção da Presidência. Entendendo de fazer uma declaração de voto, a Professora Clínea Campos Langlois registrou que vo- tara de acordo com o seu anterior voto no COCEPE, ou seja, pe- la eleição indireta, conforme também decidira este Órgão. I - gualmente o Professor Ruy Antunes afirmou querer fazer a sua ' declaração de voto, posicionando-se inteiramente de acordo com a Professora Clínea. Passando ao tema imediato da Ordem do Dia - Outros assuntos, disse a Presidência sobre a sua disposição ' de solicitar à Comissão de Legislação e Normas do Conselho Uni- versitário um esboço de Regimento de funcionamento deste Ór - gão. Afirmou que muitas e complexas têm sido os temas debati - dos no Conselho, ensejando o surgimento de questões de ordem ' como a que foi apresentada pela Professora Consuelo. O Profes- sor Alberto, intervindo, afirma ser da mais alta valia a ado - ção dessa medida, salientando, porém, que talvez uma Câmara ' de Legislação pudesse realizar este trabalho ao invés da Comis- são de Legislação e Normas. Agradeceu a Presidência afirmando ' que modificava então a sua proposta, passando a solicitar à Co- missão de Legislação e Normas que apenas orientasse a Presidên- cia na concretização deste intento. Continuou o Sr. Presidente, dizendo que desejava debater outro tópico no transcórrer da presente sessão, relacionado com a situação estudantil, pas- sando prontamente a relatar os fatos, ocasião em que diversos Conselheiros se fizeram ouvir. O acadêmico José Luís Segalin a firmou que o movimento grevista eclodido assim o foi em face de não ter a Reitoria se mostrado sensível ante antigas e jus- tas aspirações dos alunos. Apontou como tema da mais alta rele- vância o que diz respeito ao ensino público gratuito, tendo ' proposto a realização de uma reunião deste Órgão para tratar ' especificamente deste fim. Disse a Presidência que nada obsta que, estando o Conselho de acordo, venha a se efetivar tal reu- nião. Continuou o Sr. Presidente manifestando o pesar seu pelo fato de referir uma publicação de responsabilidade dos srs. a- lunos, a incompetência de professores da Universidade, acusa - ção esta de alta gravidade. Novamente com a palavra o aluno Jo- sé Luís Segalin disse querer registrar o caráter histórico da reunião por ele proposta e acatada pelo Conselho, que tratará do problema do ensino público e gratuito. A Professora Consue- lo solicitou a Presidência autorização para que, com fulcro no Regimento da Universidade, alunos de sua Faculdade possam par- ticipar da reunião que tratará deste polêmico tema, tendo em vista o seu conhecimento sobre o assunto. Da mesma forma soli- citou o estudante Neomir Alcantara permissão para se fazerem - presentes à reunião alunos da Comissão Estudantil que está es- tudando este tema. A Presidência afirmou que ao final da ses- são dará uma resposta final sobre tais pedidos. Voltando a a- bordar a questão de ordem abordada pela Professora Consuelo , o Sr. Presidente discorreu amplamente sobre este ponto, histo- riando a criação da Faculdade de Educação, ocorrida no seio da Faculdade de Ciências Domésticas. Pronunciou-se, também, sobre os cursos surgidos no âmbito da Faculdade de Educação - Esque- ma I, Esquema II e de Pedagogia. Solicitando a palavra afirmou o Professor Antonio Ernani Pinto da Silva FQ não estar se co- locando contrariamente a proposta, digo, a portaria baixada pe- lo Reitor dando nova configuração aos referidos cursos, nem - tampouco a favor. Apenas julga, sem entrar no mérito da ques- tão, ser esta da inteira competência do Conselho Universitário



10  
Cout

CONSELHO UNIVERSITÁRIO - Ata nº01/83, fl. 8.

O Sr. Presidente agradeceu afirmando que este é o entendimento do Professor, mas que, para o Reitor, outra é a interpretação dos fatos. Procedera, ao tomar aquela medida constante na sua Portaria, com absoluta isenção e em estreita conformidade com as Normas da Universidade. Esta é a sua posição final. Relativamente à participação de pessoas estranhas ao Conselho Universitário da reunião que tratará sobre o ensino público gratuito, disse que permitirá a presença de 4 (quatro) representantes dos srs.alunos que não, obviamente, os próprios integrantes do Conselho, assim como de 2 (dois) outros elementos, a serem apontados pelo Professor Ernani. Esgotada a Ordem do Dia e não havendo qualquer outra manifestação, a Presidência deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Francisco Luiz Allgayer Mendonça, Secretário dos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Pelotas, lavrei presente ata. -

-----

*Francisco Luiz Allgayer Mendonça*

*[Handwritten signature]*

*[Faint handwritten signature]*